RESOLUÇÃO SEPLAG N° 60, DE 08 DE JULHO DE 2004.

Estabelece procedimentos para a concessão do abono de permanência aos servidores titulares de cargo de provimento efetivo e função pública do serviço público estadual, nos termos da Emenda Constitucional Federal n°41, promulgada em 19 de dezembro de 2003 e publicada em 31 de dezembro de 2003.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das competências que lhe confere o artigo 93, §1º, da Constituição do Estado, tendo em vista a edição da Emenda à Constituição Federal n°41, promulgada em 19 de dezembro de 2003 e publicada em 31 de dezembro de 2003, e a necessidade de uniformização dos procedimentos envolvendo a concessão do abono de permanência,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor titular de cargo de provimento efetivo que tenha completado as exigências para as aposentadorias voluntárias estabelecidas no art. 40, § 1º, III, “a”, da Constituição Federal e no art. 2º, I, II e III da Emenda à Constituição Federal n° 41, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II da Constituição Federal.

§ 1º O abono de permanência de que trata este artigo será concedido, nos mesmos termos, ao servidor titular de cargo efetivo que, até a data de publicação da Emenda à Constituição Federal n° 41, tenha cumprido todas as exigências para obtenção da aposentadoria voluntária, com

base nos critérios da legislação então vigente, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, e que opte por permanecer em atividade.

§ 2º Aplica-se o disposto no *caput*, ao servidor ocupante de função pública que, até a data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, tenha cumprido todas as exigências para obtenção da aposentadoria voluntária, com base nos critérios da legislação então vigente, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, e que opte por permanecer em atividade.

Art. 2º O requerimento do abono de permanência, de que trata o artigo anterior, deverá ser protocolado na unidade administrativa competente do órgão ou da entidade a que o servidor esteja vinculado.

§ 1º O requerimento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser instruído com o formulário previsto no Anexo I desta Resolução.

§ 2º Deferida a concessão do abono de permanência, a unidade administrativa responsável pelo pagamento do requerente procederá a publicação do referido abono, que será devido a partir do mês do protocolo do requerimento.

Art. 3º Para fins de comprovação do tempo mínimo de vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, exigidos nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Resolução, não poderá ser computado tempo ficto.

Art.4º A concessão do afastamento preliminar à aposentadoria, de acordo com § 6º, do art. 36, da Constituição Estadual de 1989, ou a publicação do ato de aposentadoria suspende o pagamento do abono de permanência.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2004

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão